

## ***Que farei com este livro? Os editores e as correções aos Lusíadas***

Sheila Hue

O título deste artigo é tomado de empréstimo da peça de teatro de José Saramago “Que farei com este livro?”, de 1980, que trata das questões sociais circundantes à publicação da primeira edição de *Os Lusíadas*. Nela temos personagens como o humanista e cronista Damião de Góis, o amigo de Camões e também escritor Diogo do Couto, o revisor do Santo Ofício da Inquisição frei Bartolomeu Ferreira, os confessores do rei, a dama da corte dona Catarina de Ataíde, que atuam em cenas quase sempre pequenas e em diálogos de falas concisas. Chegando da Índia com seu então desconhecido poema épico, Camões tenta publicá-lo, enfrentando uma série de obstáculos, a ponto de se perguntar, ao final da peça: “Que farei com este livro?”

Havia muitas coisas complicadas naquele poema épico no entender do Santo Ofício da Inquisição, coisas que jamais tinham sido vistas em letras de forma nas tipografias portuguesas. Algumas delas seriam atenuadas ou censuradas na segunda edição de *Os Lusíadas*, em 1584. Estas censuras cairiam sobre trechos do episódio da Ilha dos Amores e sobre o uso pouco piedoso que Camões faz no poema das palavras *deus* e *deusa*, ou de seus plurais, emprego considerado inadequado por aqueles que diziam aos leitores “que todos os deuses dos gentios são demônios”, como escreve frei Bartolomeu Ferreira na licença para a publicação de *Os Lusíadas* em 1572, a primeira edição do poema. Havia questões profundas de interpretação que mudavam radicalmente o entendimento da obra, como por exemplo a sugerida leitura metafórica do episódio da “ilha namorada”, feita pelos comentadores da segunda edição do poema, em que os mergulhos eróticos das ninfas nuas nas águas deveriam ser lidos como a representação das águas correntes do ribeiro.

De qualquer forma, ao ser publicado o poema passou a estar sob o escrutínio dos leitores. Uma das formas de controle sobre a leitura eram os paratextos dos livros, que visavam guiar o leitor e estabelecer uma interpretação global da obra, uma chave de leitura, por meio de textos posicionados nas primeiras páginas dos livros, a modo de introdução. Os paratextos dessa época trazem alvarás régios, licenças da Inquisição, prólogos aos leitores, epístolas dedicatórias e poemas laudatórios, sempre eficazes em produzir uma interpretação global da obra e encaminhar para uma leitura unívoca. No entanto, mesmo com a ação controladora

dos paratextos, os leitores eram capazes de fazer a sua leitura privada, particular, como demonstram as anotações marginais manuscritas que antigos donos dos exemplares da edição *princeps* deixaram em suas páginas. Mas ao contrário desses leitores privilegiados, que deixaram seus comentários e associações de ideias nas folhas de seus exemplares, rabiscando à mão, livremente, sem censura, os editores atuaram de forma bem diversa e mais conservadora. Parece haver uma marcha concertada, uns seguindo os outros, reproduzindo determinadas opções editoriais e interpretações consagradas ao longo dos anos, com poucas exceções. Os que saem da tradição editorial são quase sempre rechaçados pelos seus pares, como aconteceu com o Morgado de Mateus e sua renovadora edição do início do século XIX, depois paulatinamente absorvida, com “correções”. De forma que, quase sempre, há um tom dominante, uma leitura que se ancora na tradição, controlando a interpretação do poema e também o seu texto.

A esse respeito fala Damião de Góis, no primeiro quadro do segundo ato da peça de Saramago, quando a publicação de *Os Lusíadas* dependerá de uma leitura benévolas por parte das instâncias censórias, que não leve em consideração a exuberância erótica do mundo greco-latino nos verdadeiros quadros vivos pintados pela poesia camoniana. A Vênus das virgíneas tetas como limões, do roxo lírio, as ninfas retratadas com imagens botânicas, e muitas outras cenas vivas protagonizadas pelos “deuses gentios” precisariam ser lidas como uma representação erudita, como uma “ficção dos Deuses dos gentios [...] como isto é Poesia e fingimento”<sup>1</sup>, nas palavras de frei Bartolomeu Ferreira na benévolas licença de aprovação para a impressão do poema épico (ele mesmo assinará a licença para a segunda edição, censurada).

Damião de Góis pondera sobre as duas facções políticas atuantes naquele momento, que poderiam auxiliar ou atrapalhar a publicação do livro.

**DAMIÃO DE GÓIS:** A diferença estará nos olhos que o lerem. A parte que ficar vencedora fará que seja o livro lido com os olhos que mais lhe convierem (Saramago, 1980, p. 54-55).

A observação vale tanto para uma interpretação global do poema, por parte de intérpretes e leitores, quanto para o trabalho editorial daqueles que seriam responsáveis pela elaboração das sucessivas edições de *Os Lusíadas*. Gerações de

<sup>1</sup> Licença da Inquisição: *Os Lusíadas* (1572). Disponível em: <https://purl.pt/1/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

editores foram ao longo do tempo introduzindo alterações, substituindo palavras, reproduzindo correções antigas, normatizando o texto, uniformizando a grafia e o vocabulário, de forma que o resultado, o texto que se lê em alguns trechos não é exatamente fiel aos efeitos poéticos, sonoros, ou à produtividade semântica dos versos da edição *princeps*.

Muitas das alterações efetuadas pelos editores, geralmente qualificadas como “correções”, são decorrentes de uma chave de leitura do poema, que roda azeitadamente numa fechadura moldada por três principais mãos: Igreja Católica, nacionalismo português, e vontade uniformizadora e normativa dos editores.

A partir do século XIX um dos principais motores das mudanças perpetradas no texto original foram as edições escolares, numa época em que *Os Lusíadas* passou a ser usado massivamente na escola, tornando-se por vezes uma obra base em que se poderia estudar diversas matérias, como geografia, gramática, retórica, análise sintática, história, oratória<sup>2</sup>. Já na segunda edição do poema, em 1584, conhecida como *dos piscos*, comentada em tom marcadamente didático<sup>3</sup>, podemos observar tal intenção: seus exemplares trazem nas primeiras páginas uma tábua alfabetica de “todas as cousas que o autor tocou nesse livro e sobre a qual se fez anotação” e a correspondente página, de forma a que o professor ou o aluno pudessem localizar rapidamente *astrolábio*, *Ásia*, *austro*, *Argonautas*, nas folhas do livro e usá-lo como já foram usadas as enciclopédias no século passado<sup>4</sup>. Nessa segunda edição, além disso, foram executadas vastas alterações no texto da *princeps*, sempre com intenção moralizadora e de acordo com as diretrizes da “santa fé”, como diziam as licenças de publicação. A edição *dos piscos* é um exemplo isolado em sua época. Será no século XIX que os exemplares de edições voltadas para a escola vão ser impressos aos milhares. No Brasil, um exemplo são as publicadas pela tipografia Laemmert<sup>5</sup>, no Rio de Janeiro, algumas belamente

<sup>2</sup> Cf. Hue (2015, p. 185-194).

<sup>3</sup> O título indica o trabalho de comentadores anônimos: *Os Lusíadas de Luís de Camões. Agora de novo impresso. Com anotações de diversos autores* [negrito nosso]. Na portada está estampada a marca do impressor Manuel de Lira: Orfeu tocando seu instrumento. *Os Lusíadas/de Luis de Camões*. Lisboa: Manoel de Lira, 1584. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/14680>. Acesso em: 27 jan. 2024

<sup>4</sup> Conferir a ilustração da tábua de matérias.

<sup>5</sup> Cf. *Os Lusíadas poema épico de Luiz De Camões. Nova edição para uso das escolas feita debaixo das vistas da mais accurada crítica em presença das duas Edições primordiais e das posteriores de maior crédito e reputação*. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1868. Até onde pude entender, ainda não se sabe quem foi o editor responsável pelo estabelecimento do texto dessa edição, que comparou dois exemplares da *princeps* com as edições contemporâneas mais respeitadas.

ilustradas<sup>6</sup>, eventualmente com cores, em bom papel e excelente qualidade gráfica e tipográfica. As edições de *Os Lusíadas* feitas pelos irmãos Henrique e Eduardo Laemmert, sempre com alta qualidade gráfica, seguiram o texto das principais edições da época<sup>7</sup>.

Uma das mais curiosas edições escolares produzidas no Brasil, censuradas e emendadas, foi a preparada, impressa e distribuída pelo barão de Macaúbas, o empreendedor da área educacional Abílio César Borges, proprietário de escolas e editor de livros didáticos de grande alcance nacional. O título não deixa dúvidas sobre o tipo do trabalho editorial a que o texto do poema foi submetido:

Os Lusíadas,  
*poema épico de Luiz de Camões,*  
*edição publicada por Abilio Cesar Borges, para uso das escolas brasileiras;*  
*na qual se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas*  
*pelos meninos*<sup>8</sup>

O que faz a edição do barão de Macaúbas se destacar em sua época é uma inovação: além da supressão de estâncias inteiras, comum a outras edições, apresenta pontilhados no lugar dos versos para indicar as estrofes eliminadas. Tal expediente gráfico pelo menos tinha a virtude de indicar que algo tinha sido retirado dali, ao contrário dos demais editores que simplesmente retiravam as estrofes sem o menor aviso ao leitor. De todo o modo, na edição escolar de Abílio César Borges se observa a vontade censória, movida pelo ímpeto moralizador do educador de meninos. As vítimas eram quase sempre as ninfas da Ilha dos Amores e outras passagens consideradas indecentes. O texto do poema invariavelmente seguia uma das edições oitocentistas respeitadas, como a do Morgado de Matheus, a de Francisco Freire de Carvalho, e a de Barreto Feio e José Gomes Monteiro, que já traziam algumas tradicionais alterações do texto, muitas vezes introduzidas ainda no século XVI.

<sup>6</sup> Ver a edição de 1856, da tipografia Laemmert: *Os Lusiadas, poema épico. Nova edição seguida de anotações críticas, históricas e mythológicas, com estampas.*

<sup>7</sup> As edições Laemmert seguiram o texto das edições do Morgado de Matheus, de Francisco Freire de Carvalho, e a de Barreto Feio e José Gomes Monteiro, mas com alterações.

<sup>8</sup> Grifos meus. *Os Lusíadas*, edição publicada por Abilio Cesar Borges. Bruxellas: Typographia e litographia E. Guyot, (rua Pacheco, 12), 1879.

FIGURA 1. TÁBUA DE MATERIAS NAS PRIMEIRAS PÁGINAS DA EDIÇÃO DOS PISCOS

<b>SEGVESE A TAVOADA PELLA OR- dem A, b, c, de todas as cousas que o autor tocou neste liuro, sobre que se fez annotation.</b>	
	
<b>Phrica,&amp; Asia.</b>	<b>Fol.2</b>
Alexandro Magno.	2
Aurora,que he.	7
Aphonso de Alboquer- que.	7
Argonautas,que sam.	9
Arcturo, que cousa he.	10
Astro , qual he.	11
Afsyria,Região de Asia menor.	12
Africo,vento.	12
Apollo quem foy.	16
Arabia Região.	19
Antartico,4.circulo do ceo.	20
Acheronte, alagoa.	20
Aurora,donde se diriuia	22
Asia terceira parte do mundo.	22
A India,sua descripsam.	24
<b>Amphi-</b>	

Fonte: *Os Lusíadas*, na tipografia de Manuel de Lira (1584).

FIGURA 2. *Os Lusíadas*, EDIÇÃO ESCOLAR DO BARÃO DE MACAÚBAS (1879)

254

OS LUSIADAS

LXX

Sigamos estas deosas, e vejamos,  
Se phantasticas são, se verdadeiras.  
Isto dito, veloces mais que gamos,  
Se lançam a correr pelas ribeiras.  
Fugindo as nymphas vão por entre os ramos;  
Mas mais industriosas, que ligeiras,  
Pouco e pouco sorrindo, e gritos dando,  
Se deixam ir dos galgos alcançando.

. . . . .  
.

LXXXV

Huma dellas maior, a quem se humilha  
Todo o coro das nymphas, e obedece,  
Que dizem ser de Cælo e Vesta filha,  
O que no gesto bello se parece,  
Enchendo a terra, e o mar de maravilha,  
O Capitão illustre, que o merece,  
Recebe alli com pompa honesta e regia,  
Mostrando-se senhora grande e egregia;

O uso extensivo em escolas e sala de aula, o lugar central que o poema ocupa na língua portuguesa, na literatura lusófona, e na identidade nacional, provocaram a normatização acentuada do texto original camoniano da edição *princeps*, a impressa em 1572, marcado por uma ampla variação gráfica das palavras, por um uso peculiar das maiúsculas, pela inventividade sintática e por uma liberdade com a língua distante das normativas que futuramente se escreveriam. A normatização do texto efetuada pelos editores muitas vezes acaba por incorrer em hiper-correções, que deturpam, esmaecem ou apagam o quadro pintado com palavras, como um restauro excessivamente intervencionista de uma pintura. Alterar uma cor, que pode ter significados simbólicos, rasurar uma sombra, esconder figuras ao fundo, alterar o ponto de entrada da luz são gestos, com intenções corretoras e normativas, que domam os aspectos, digamos assim, selvagens do texto impresso em 1572, provavelmente com a presença do autor na tipografia.

Aqui trataremos de três vertentes das alterações habitualmente feitas pelos editores no texto de 1572. Em primeiro plano se destacam as correções de cunho político e ideológico, sendo o poema, como sabemos, veículo desde sempre de nacionalismo além de símbolo de uma nação. Em segundo lugar, invertendo o paradigma Fé e Império, veremos as alterações efetuadas sob a ação censória da Inquisição e das emanações moralizadoras que daí evoluíram. E em terceiro lugar, traremos para a discussão algumas hiper-correções sofridas pelo texto, causadas pela atuação normatizadora dos editores.

## I.

Um bom exemplo das correções, ou alterações, movidas por questões ideológicas e políticas são os versos em que a palavra *império*, presente na edição *princeps* é substituída pela palavra *empório*.

Vejamos no canto X, a estância 123, verso 6:

Malaca por **Empório** enobrecido.

A alteração feita ao texto da *princeps* é a substituição da palavra *império* por *empório*, gesto editorial que fará parte de uma tradição, isto é, será reproduzido por praticamente todos os editores a seguir. Assim, na maior parte das edições de *Os Lusíadas* lemos:

Malaca por **empório** enobrecido

Vejamos o que está acontecendo na trama de *Os Lusíadas*, nesse passo do canto X. *Thetis*, em um discurso profético, no canto da ninfa, no ponto culminante da aventura de Vasco da Gama, este já inclusive divinizado ao se casar com a deusa, fala aos portugueses ali reunidos – e aos leitores do poema –, descreve os lugares onde estes farão grandes coisas, lugares que serão transformados pela ação dos lusitanos:

Olha Tavay, onde começa  
De Sião largo o **império** tão comprido,  
Tessanari, Quedá, que é só cabeça  
Das que Pimenta ali tem produzido:  
Mais avante fareis que conheça  
Malaca, por **Empério** enobrecido,  
Onde toda a província do mar grande,  
Suas mercadorias ricas mande<sup>9</sup>.

Com a ação dos portugueses, diz Tétis, Malaca se transformará um verdadeiro império, rica, poderosa. Em outras palavras, os portugueses farão com que Malaca seja conhecida como um *Empério* enobrecido, ou seja, rico. Todos no futuro saberão da brilhante importância comercial e econômica de Malaca, disputada por portugueses e espanhóis. Importância esta um presente histórico para o autor do poema, quando Malaca já era o que a ninfa descreve como futuro.

A troca de *Empério* por *empório* é comum em quase todas as edições modernas, como as de Emanuel Paulo Ramos e a de Costa Pimpão. O argumento implícito nessa correção é que Malaca não é um império: Roma, sim, foi um império. Portugal era, na ocasião, um império, que em diferentes momentos históricos foi representado no próprio poema e no emprego ideológico deste, não apenas nas escolas. Nesta substituição de palavras, de *Empério* para *empório*, está subjacente o argumento: a pequena Malaca não era em si mesma um império, não era o centro de uma geopolítica imperial. Portanto, segundo os editores, *Empério* está errado, deve ter sido um descaso ou uma má leitura do impressor, do tipógrafo, do compositor, muito eventualmente do autor, quase sempre eximido pelos editores das falhas que estes encontram no poema. Portanto, seguindo essa linha de

<sup>9</sup> Os grifos são meus, assim como os demais neste artigo. Todas as citações de *Os Lusíadas* serão da primeira edição, Lisboa, Antônio Gonçalves (1572), com consulta a vários exemplares, e principalmente a *Os Lusíadas*, edição fac-similar, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras (1972).

raciocínio, *Empério* é uma gralha, uma má leitura do original que estava na tipografia, um tropeço do compositor. E, portanto, no entender dos editores, deve ser substituída por *empório*, que tudo indica, para eles, ser a palavra original, mal lida e deturpada na tipografia.

Reparemos que há duas ocorrências da palavra *império* na estrofe. Tal repetição também repugna grande parte dos editores, que não gostavam de ver palavras repetidas nas estâncias de *Os Lusíadas*. Entretanto, o emprego poético de palavras iguais ou do mesmo campo lexical é uma prática frequente na poesia. No trecho aqui analisado, trata-se da paronomásia, quando palavras com som semelhante, mas significados diferentes, são postas próximas (na mesma estância, no caso) para provocar um jogo poético-musical com as palavras. Portanto, a presença na mesma estância de *império* e *Empério*, e na mesma posição no verso, iniciando na quinta sílaba do verso e com pé na posição da sexta tônica. É um efeito sonoro e semântico buscado, e conseguido. E não um erro, um descuido, uma palavra repetida por um poeta que, segundo os editores, não incorreria no grosseiro erro de estilo ao empregar palavras idênticas na mesma estrofe. Entretanto, ao longo de *Os Lusíadas* encontramos palavras iguais em posição de rima e também respigadas no meio dos versos, como é o caso da estância 123, a dos impérios (*império/Empério*), paronomásias, poliptotos e outras figuras com as quais o poeta tinha muita intimidade, mas não os seus futuros editores.

Nessa estância temos duas grafias diferentes, uma palavra inicia com minúscula e a outra com maiúscula, e, além disso, seus significados são diferentes. O que temos aqui nesses versos é uma exploração semântica, sonora e visual com a palavra *império*. É a poesia de Luís de Camões exibindo seus virtuosismos, seus laços com poetas como Horácio e Virgílio, na exploração semântica dos sons e das manifestações gráficas das palavras.

O largo *império* tão comprido de Sião é o longo, extenso domínio, senhorio, de Sião sobre as terras circundantes. *Império* aqui é sinônimo de domínio, senhorio. Enquanto *Empério*, com maiúscula, quatro versos abaixo, é o império conotativo de Malaca, a ilha rica e importante, tão rica, tão luxuosa com suas mercadorias, verdadeiramente imperial. No canto X, estância 44, temos a *Opulenta Malaca nomeada*.

Podemos concluir que, para os editores que fizeram tal alteração do texto original (trocando *Empério* por *empório*), *império* é uma palavra politicamente sensível, que toca em pontos nevrálgicos da identidade nacional e de uma determinada leitura do poema épico camoniano. *Império*, no entendimento dos editores que primeiro fizeram essa alteração e para aqueles que não a desfizeram, é

uma categoria política que pode ser atribuída somente a Portugal, e não a outro lugar, como Malaca. Parece ilógico, para eles, que o poeta qualifique Malaca como império. Daí a facilidade com que alteraram o texto da edição *princeps*.

Como vimos, a troca de *Empério* por *empório* altera de diversas formas os versos impressos em 1572, prejudicando as características poéticas da estância, apagando efeitos sonoros, visuais e semânticos, e rasurando a prática, comum em *Os Lusíadas*, da exploração poética de uma mesma palavra em diferentes grafias, produzindo uma série de sugestões sonoras e semânticas.

Não foi difícil para os editores quinhentistas e alguns seiscentistas entenderem que Malaca podia sim ser qualificada como império. Nos comentários presentes nessas edições podemos ler descrições vivas da cidade, que estava presente no cotidiano de muitos lusitanos do período, momento de intenso deslocamento pelos territórios ocupados por portugueses.

As edições do século XVI e as das primeiras décadas do XVII respeitaram o *império* de Malaca, como o comentário de Manuel Correia na edição de 1613 explicita:

Esta cidade é cabeça de todo Reino assi chamado. [...] Tem muito bom porto, e frequentado de todas as nações do mundo, porque de todas as cousas é muito abundante. E para remate de tudo, o que dela se pode dizer, basta o epíteto que tem de ouro, assi por haver muito nela, como por ser fermosíssima, e cheia de todas as cousas boas do mundo<sup>10</sup>.

A primeira vez que a lição *empório* ocorre em *Os Lusíadas* impressos em 1631. Nas primeiras páginas do livro, a licença do revedor da Inquisição, frei Thomas de S. Domingos, “Magister”, indica claramente que seu trabalho censório para aquela edição produziu alterações no texto do poema: “Este Camões **foi revisto** por mim e aprovado **na forma em que está** [...], 15 de fevereiro de 1630”<sup>11</sup>. “Na forma em que está” significa do jeito que agora está, com as alterações indicadas pelo censor. Nesta mesma edição houve ainda outra mão revisora, a de João Franco Barreto, que na epístola ao leitor diz ter emendado o poema com apuro:

<sup>10</sup> Manuel Correa, in *Os Lusíadas*, 1613, fol. 53r. Os Lusiadas/do grande Luis de Camoens...; commentados pelo licenciado Manoel Correa, Examinador synodal do Arcebispado de Lisboa...; dedicados ao Doctor D. Rodrigo d'Acunha, Inquisidor Apostolico do Santo Officio de Lisboa per Domingos Fernandez seu livreyro. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613. Disponível em: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/idurl/1/14608>. Acesso em: 27 jan. 2024.

<sup>11</sup> *Os Lusiadas/de Lys de Camões*. Lisboa: Pedro Crasbeeck impressor del Rey, 1631.

[...] tomei por empresa (vendo os vícios com tão corrupto andava [o poema] [...]) assistir à emenda com maior cuidado do que minhas ocupações o permitiram; pelo que me parece que sairá mais apurado do que até agora<sup>12</sup>.

As edições seguintes parecem reproduzir esta última e trazem *empório* de Malaca<sup>13</sup>, o mesmo ocorrendo com a importante edição comentada por Manuel de Faria e Sousa<sup>14</sup> e que será um paradigma para editores posteriores até o século XX, e que inclusive justifica a alteração de *Empério* para *empório*<sup>15</sup>. Portanto, o gesto editorial do revisor da Inquisição frei Thomas de S. Domingos e do segundo revisor, J. F. Barreto, permaneceu na tradição, sendo repetido até o século XXI. De forma que até hoje lemos em diversas edições “Malaca por **empório** enobrecido”.

Há outro trecho bastante conhecido em que a mesma alteração é no canto VI, estrofe 56, verso 8:

No grande **empório** foi parar de Frandes.

Os editores corrigem para:

No grande **empório** foi parar de Flandres.

Nesse trecho de *Os Lusíadas* estamos no contexto de uma viagem. No meio do episódio conhecido como dos Doze de Inglaterra. O Magriço, um dos doze portugueses que se dispõem a ir defender a honra de damas inglesas, resolve ir por terra, viaja, conhece lugares, como os altíssimos perigos dos Pireneus, passa

<sup>12</sup> *Os Lysiadas/de Lys de Camões*. Lisboa: Pedro Crasbeeck impressor delRey, 1631. João Franco Barreto ao leitor, fol. 5r.

<sup>13</sup> *Os Lysiadas/de Lys de Camões*. Lisboa: Lourenço Crasbeeck impressor delRey, 1633. // *Os Lusiadas/de Luis de Camões*. Lisboa: Paulo Crasbeeck, Impressor & Liureiro das tres Ordens Militares, & a sua custa, 1644. // *Os Lysiadas/de Lvis de Camões*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, Impressor das Ordens Militares, & asua custa, 1651

<sup>14</sup> *Lusiadas/de Luis de Camoens*...; comentadas por Manuel de Faria i Sousa, Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real. En Madrid: por Iuan Sanchez, 1639. Vol. 2.

<sup>15</sup> A importante edição com os argumentos de João Franco Barreto também traz empório. *Os Lusiadas/de Luis de Camoens; com os Argumentos do L.do João Franco Barreto; com hum Epitome de sua vida*; dedicadas ao illustríssimo senhor Andre Furtado de Mendoça Deão, & Conego digníssimo da S. Sé de Lisboa, Doutor em a Sagrada Theologia, Deputado da Junta dos Tres Estados do Reyno, &c. Impressas em Lisboa: à custa de Antonio Craesbeeck de Mello, impressor de Sua Alteza, 1663. Disponível em: <https://purl.pt/14104>. Acesso em: 27 jan. 2024.

pela França onde vê cousas grandes e, finalmente, vai parar no grande *empério* de Flandres. E é justamente ali, em Flandres, como diz a estância seguinte, que ele resolve parar. Não passa rapidamente por ali, como pelos outros lugares. Em Flandres “se deteve muitos dias”, “fosse caso ou manha”. Magriço queria viajar, como diz ele, queria “conhecer terras estranhas”. Na descrição de sua viagem, ele se detém ali, onde, como nos diz a estrofe 68, fez “um serviço notável” à condessa de Flandres.

Vejamos as estrofes que nos interessam:

Assi diz e, abraçados os amigos,  
E tomada licença, enfim se parte,  
Passa Lião, Castela, vendo antigos  
Lugares que ganhara o pátrio Marte,  
Navarra cos altíssimos perigos  
Do Perineu que Espanha e Gália parte;  
Vistas enfim de França as cousas grandes,  
No grande **empério** foi parar de Frandes

Ali chegado, ou fosse caso ou manha,  
**Sem passar se deteve muitos dias,**  
Mas dos onze a ilustríssima companha  
Cortam do mar do Norte as ondas frias;  
Chegados de Inglaterra à costa estranha,  
Pera Londres já fazem todos vias,  
Do Duque são com festas agasalhados  
E das damas servidos e animados (Camões, 1572).

O primeiro a efetuar a alteração de *empério* para *empório*, nesse trecho, é Manuel de Faria e Sousa, que afirma em sua edição comentada que o “título” de Flandres sempre foi de condado, e que o poeta não lhe havia de dar outro, concluído ainda, rapidamente, que o “título de Imperio no tiene que ver” com Flandres, enquanto que o de *empório* lhe é natural<sup>16</sup>. E com esse argumento Faria e Sousa deixou sua marca, influenciando a maior parte das edições até o século XXI, que seguem a sua alteração do original, escrevendo *empório*.

<sup>16</sup> *Lusiadas/de Luis de Camoens, comentadas por Manuel de Faria i Sousa*. Madrid: Juan Sanchez, 1639. vol. 1, fol. 123.

O argumento empregado aqui pelos editores é o mesmo do passo anterior. Acreditam eles que Flandres não é um império. Entretanto, sabemos da centralidade de Flandres no reinado de Carlos V, a importância política, comercial e cultural que teve naquele período e adiante. Seguindo o mesmo raciocínio de Faria e Sousa, os editores entenderam que não é correto apodar Flandres de *império*. Apoiados nessa suposição, nessas conjecturas, a palavra é substituída por *empório*, mesmo nas edições de Costa Pimpão e Emanuel Paulo Ramos. A importância geopolítica de Flandres é substituída por uma concepção comercial da região, apagando os outros possíveis sentidos figurados de *império*. Gomez de Tapia, um dos tradutores de *Os Lusíadas* para o castelhano em 1580, traduziu *empério* por *estado*, o estado de Flandres. Benito Caldera, outro tradutor contemporâneo, usou *império*, assim como os demais quinhentistas, e também Manuel Correia na sua importante edição de 1613.

Para grande parte dos editores, como vimos, o tipógrafo ou o compositor pode ter lido mal justamente dois versos em que a palavra *império* foi empregada para designar nações ou cidades. Numa atitude redutora, ignorando a amplitude de sentidos do vocábulo. No dicionário Bluteau/Morais de 1789<sup>17</sup> encontramos nos verbetes *império* e *imperioso* um campo semântico que engloba domínio, influência e grandeza no sentido figurado. Vemos mesmo a referência a umas “calças imperiais”, muito elaboradas, que foram proibidas por d. João III nas leis extravagantes do reino. Ao longo das estâncias de *Os Lusíadas*, a palavra *império* é empregada numa ampla exploração de seu campo semântico, algo que o poeta gosta de fazer com as palavras, variando grafias, sonoridades, significados, como podemos observar numa leitura atenta do poema.

Ainda na esfera das correções políticas ao texto da edição *princeps*, temos outro caso curioso, em que ocorre também uma substituição de palavras. É no canto IV, estância 11, onde temos *matadores* trocado por *moradores*, alteração comum a várias edições, inclusive nas de Costa Pimpão, Hernani Cidade, e Emanuel Paulo Ramos.

Também movem da guerra as negras fúrias  
 A gente Bizcainha, que carece  
 De polidas razões e que as injúrias  
 Muito mal dos estranhos compadece;

<sup>17</sup> *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

A terra de Guipúscua e das Astúrias,  
Que com minas de ferro se enobrece,  
Armou dele os soberbos **matadores**,  
Pera ajudar na guerra a seus senhores (Camões, 1572).

Aqui se faz o elogio dos povos ibéricos, de suas qualidades. Estamos no longo discurso do Gama ao rei de Melinde. É um panegírico da história portuguesa. Nesse trecho a *gente Biscainha* é belicosa, positivamente belicosa, um atributo de valores épicos guerreiros. Os biscainhos “movem da guerra as negras fúrias”. E o ferro que há em suas terras e nas terras das Astúrias armaram as suas próprias gentes, para ajudar seus senhores na guerra. Portanto são eles, como diz a estância, *soberbos matadores*, valentes guerreiros.

Na troca de *matadores* por *moradores*, promovida pela operação editorial de preparação do texto, o elogio bélico, mais do que abrandado ou eliminado, é domesticado. Não mais *matadores*, mas *moradores* pacíficos. Nas edições modernas, como na de Costa Pimpão, usada como modelo por tantas outras que seriam impressas depois, são os *soberbos moradores* de Guipúzcoa e de Astúrias os que defendem seus senhores. É interessante observar que todas as edições quinhentistas portuguesas, assim como as traduções castelhanas de Tapia e de Caldera usaram *matadores*, num momento em que o elogio bélico caía melhor.

A primeira edição a fazer a alteração parece ter sido a de 1644<sup>18</sup>, e as seguintes passam a reproduzir a lição *moradores*. Será apenas no início do século XIX, com o Morgado de Mateus, em sua edição de 1817, que voltaremos a ler o verso como no original: *soberbos matadores*. Mas a lição *soberbos moradores* teve maior adesão e pode ser encontrada mesmo em edições do século XXI.

## 2.

Gostaria agora de observar algumas alterações feitas ao texto original de 1572 com o intuito de corrigir desvios que indicariam opções pouco ortodoxas do ponto de vista da religião católica. É notável o que acontece, ao longo das edições, com as iniciais minúsculas do léxico cristão presentes na primeira edição de *Os Lusíadas*. Ainda hoje, as minúsculas iniciais em palavras do vocabulário cristão que encontramos nas páginas da edição *princeps* causam espécie em leitores do século XXI criados sob intensa doutrinação da Igreja Católica no século XX.

<sup>18</sup> *Os Lusíadas/de Luis de Camões. Lisboa: Paulo Crasbeeck, Impressor & Liureiro das tres Ordens Militares, & a sua custa, 1644.*

Houve nesse aspecto por parte dos editores uma revisão geral. Todas as iniciais minúsculas iniciais do vocabulário católico, que lemos na edição *princeps*, foram substituídas por maiúsculas. O texto passou por uma verdadeira conversão religiosa ortográfica.

O *céu* católico, quase sempre grafado com letra minúscula em 1572, foi corrigido para *Céu* em praticamente todas as edições. O que se escrevia *Céu*, com maiúsculas, na edição *princeps*, era o céu astronômico, cosmográfico, ou aquele onde se movem Júpiter e os deuses “gentios”, maiúscula inicial amplamente rechaçada por editores de todos os séculos. Mesmo o *Céu* onde um vidente do Catual lê presságios, no canto VII, estância 56, em um episódio de “magia” como diz o poema, está grafado C maiúsculo, ao contrário do *céu* católico, como observamos, quase sempre com minúsculas, uma opção gráfica que percorre *Os Lusíadas* do início ao fim.

Na edição *princeps*, temos *virgem pura* (no canto II, estância 11), *sancta providencia* (X, 83), *divina providencia* e *guarda soberana* (II, 31), *intérprete divino* (II, 81), e a *fé* católica eventualmente com inicial minúscula<sup>19</sup>. Praticamente todos os editores alteram o uso das minúsculas iniciais, e o emendam, passando a iniciar essas palavras com letra maiúscula, de forma a tornar o texto mais respeitoso com o léxico católico.

Ainda sobre os usos de maiúsculas e minúsculas iniciais, podemos notar na primeira edição do poema que acidentes geográficos, como ilha ou cabo, estão geralmente em maiúsculas, assim como mercadorias e produtos, como a *Pimenta*. Animais, plantas, minerais também com maiúsculas, assim como o vocabulário náutico: *Piloto*, *Vento*, *Aurora*, *Sol*, *Mar*. Tudo isso tem um sentido, uma visualidade no texto impresso, um significado, uma ênfase. E quase sempre essas maiúsculas são convertidas em minúsculas pelos editores modernos, de acordo com os atuais regramentos da língua.

Na edição *princeps*, Júpiter é *Padre* com P maiúsculo, num passo do canto II, entre as estrofes 33 e 37, um trecho repleto de deuses do Olimpo e maiúsculas muito inquietantes para o editor respeitoso das ortografias católicas. Foram todas convertidas em minúsculas pelos editores. O resultado do trabalho editorial perpetrado pelas edições modernas e nossas contemporâneas, no que toca ao aspecto que estamos tratando, é que o poema, visualmente, fica muito diferente

<sup>19</sup> São os seguintes: fé de Cristo (Camões, 1572, V, 13), fé da madre Igreja (Camões, 1572, X, 40), Padecerá pola fé santa sua (Camões, 1572, X, 93), Quando a fé, que no mundo se pubrica (Camões, 1572, X, 109), Sabia bem que se com fé formada (Camões, 1572, X, 112), Sem irdes a pregar a santa fé? (Camões, 1572, X, 119).

do original, e mais católico, piedoso. Temos a eliminação das maiúsculas empregadas para os deuses do Olimpo, para os acidentes geográficos, plantas, animais, minerais, mercadorias, vocabulário náutico, etc, todas passando a ser escritas em minúsculas. E temos a introdução das maiúsculas no léxico católico, quando estas inexistem na edição *princeps*, como vimos.

Neste ponto da exposição é proveitoso fazer uma comparação com o poema épico de Jerônimo Corte Real, *Succeso do segundo cerco de Diu*, impresso em 1574 na mesma tipografia, a de Antônio Gonçalves em Lisboa, que imprimiu *Os Lusíadas* dois anos antes. Há muitas diferenças entre os poemas. Aqui nos convém observar, brevemente, apenas um aspecto: as invocações que os poemas épicos costumam fazer. Em *Os Lusíadas* temos, em um primeiro momento, as Tágides, as ninfas do Tejo, invocadas pelo narrador: “E vós, Tágides minhas”. No poema de Corte Real, o narrador épico pede alento a Deus, que é o agente de tudo, dos sucessos, das cenas, de todas as ações. No fólio 104 lemos: “Inspirai-me, Senhor, um novo alento”. No poema camoniano, temos invocações a Calíope, as ninfas do Tejo e do Mondego. Vasco da Gama invoca a *divina providência* (II, 31), com iniciais minúsculas, mas é atendido por Vênus, em um passo muito discutido pelos comentadores.

Ao contrário de *Os Lusíadas* de 1572, o poema épico de Corte Real grafa Fé sempre com maiúsculas, assim como *Antigas Scripturas, Igreja santíssima Romana*. e são frequentes as seguintes formas tipográficas: C H R I S T O, I E S U, M A R I A. Em maiúsculas também: *Sol, Aquário, Táuro, Leo*, assim como palavras relativas a astronomia, navegação, cosmografia. Apolo é empregado como sinônimo de sol. O léxico do comércio, como *perlas e seda*, está preferencialmente em minúsculas.

Comparando com *Os Lusíadas*, portanto, chama atenção o léxico católico majoritariamente em maiúsculas no poema épico de Jerônimo Corte Real, onde aliás é mais abundante. São opções gráficas diferentes, aparentemente tomadas pelos próprios autores, visto que os dois têm seus livros impressos na mesma tipografia, provavelmente por equipes de compositores semelhantes, todos dirigidos por Antônio Gonçalves, e as opções gráficas são opostas no que toca ao emprego das minúsculas e maiúsculas, como vimos observando.

Pondo a questão de outra forma, chama atenção o léxico católico em minúsculas em *Os Lusíadas* comparado ao *Segundo cerco de Diu*, impresso dois anos mais tarde, na mesma tipografia. Também é interessante observar que a primeira *La Araucana*, de Alonso Ercilla, poema épico impresso em 1569, se assemelha a *Os Lusíadas* ao grafar eventualmente *fé*, e *ley* com letra minúscula, para nos atermos a poucos exemplos.

Podemos observar, portanto, que *Os Lusíadas* são muito mais católicos ortograficamente nas edições modernas do que eram quando foram impressos pela primeira vez em 1572. Uma página do poema, por exemplo, na edição de Emanuel Paulo Ramos pode parecer algo muito mais piedoso e convencional, como na estância 31 do canto II (*Divina Providencia /Guarda Soberana*).

### 3.

Para terminar essa breve exploração das alterações efetuadas no texto original da edição de 1572, gostaria de dar alguns poucos exemplos de casos de hipercorreção do poema. No canto III, estância 63, temos a substituição da expressão *de longo* por *de longe*: “Vem sustentar **de longo** a terra e a gente” é geralmente corrigido para “Vem sustentar **de longe** a terra e a gente”. Tal alteração é produto de uma leitura do texto empreendida da forma mais fácil, e não pela *lectio difficilior* (leitura mais difícil) recomendada pela crítica textual. *De longo* parece à primeira vista uma gralha, onde se leria a forma corrente *de longe*. Tal leitura, simplificadora, também advém do desconhecimento da expressão *de longo*, empregada por escritores portugueses do século XVI no âmbito de cenas da expansão marítima e territorial, como João de Barros e Diogo do Couto. Pero Vaz de Caminha, na carta de 1500, já usa a expressão: “E assim seguimos nosso caminho por este mar, **de longo**, até a terça-feira da Oitava de Páscoa, no dia 21 de abril” (Caminha, 2021, p. 27). *De longo*, tanto em Caminha quanto em Camões e outros, significa uma rota direta, reta, por uma longa extensão, um longo tempo, sem desvios.

Contudo, a hipercorreção levada a cabo pelos editores, substituindo *de longo* por *de longe*, e eliminando o termo correntemente empregado no século XVI, é reproduzida pela maior parte das edições, e faz com que o verso camoniano fique muito mais simples e plano. Um dos editores a serem fiéis ao *de longo* original é o Morgado de Mateus, em sua edição do início do século XIX. Entretanto, *de longe* parece ser a lição mais empregada por edições dos séculos XX e XXI.

Seguindo a lição da edição princeps temos:

Eis a nobre Cidade, certo assento  
Do rebelde Sertório antigamente,  
Onde ora as águas nítidas de argento  
Vem sustentar **de longo** a terra e a gente  
Pelos arcos reais que cento e cento  
Nos ares se alevantam nobremente,

Obedeceu por meio e ousadia  
De Giraldo, que medos não temia (Camões, 1572).

Outra correção, esta mais desfiguradora, é a no canto IX, estância 16, em que o *temidos* do original é substituído por *tímidos*.

Apartadas assi da ardente costa  
As venturoas naus, levando a proa  
Pera onde a natureza tinha posta  
A Meta Austrina da esperança boa,  
Levando alegres novas e reposta  
Da parte Oriental pera Lisboa,  
Outra vez cometendo os duros medos  
Do mar incerto, **temidos** e ledos (Camões, 1572).

Desde a edição de 1584, que já traz “Do mar incerto, **tímidos** e ledos”, até os nossos dias, as edições se dividem entre essas duas lições: *temidos*, como a *princeps*, e *tímidos*, como 1584 e outras. Faria e Sousa no seu comentário a essa estância escreve contra a lição *temidos* (*tēidos*) que, segundo ele “no es bueno”, preferindo e defendendo *tímidos*. O Morgado de Mateus, sempre fiel ao texto de 1572 e explorando os campos abertos pela *lector difficilior*, usou *temidos*, entendendo o termo no sentido de “aqueles que temem”, como registra o dicionário Morais/Bluteau de 1789, e nesse mesmo sentido Camões usa *temida Gazela* no canto IX, estância 63<sup>20</sup>, gazela temerosa, que teme o caçador.

Como vimos por meio de poucos exemplos, algumas alterações feitas no texto da edição *princeps* apagam os efeitos poéticos dos versos camonianos. A normatização de viés ideológico, religioso ou aquela empreendida pelo estabelecimento do texto para a impressão muitas vezes desfigura o poema. No que toca ao trabalho de revisão, os editores, eventualmente, rasuram a instabilidade criativa da ortografia<sup>21</sup>, a polissemia gráfica das palavras, apagando as sugestões semânticas, informações poéticas que seriam interessantes para vários tipos de leitura. No poema camoniano podemos observar uma exploração contínua das possibilidades de uma língua ainda não inteiramente regrada, usada pelos poetas de forma

<sup>20</sup> Aqui a fugace Lebre se levanta// Da espessa mata, ou **temida** Gazela (Camões, 1572, IX, 63).

<sup>21</sup> As palavras são grafadas de diversas maneiras, com grafias latinas, eruditas, arcaizantes, populares, italianizantes, etc., exibindo um amplo diálogo com fontes escritas e orais.

livre e experimental. A normatização e a uniformização efetuada pelos editores muitas vezes mascara o lavour poético presente em *Os Lusíadas*, estabelecendo um território plano, unívoco, em lugar da plurivocidade presente do texto de 1572.

Tudo o que parece estranho, não comum, é alterado para uma forma mais entendível e corrente, como vimos com *de longo* e com *temidos*, e para citar mais dois exemplos, decorrentes desse mesmo procedimento, *atente* é substituído por *atento* [V, 85]<sup>22</sup>, e as duas grafias da mesma palavra, *laciva* (III,134)<sup>23</sup> e *lasciva* (X, 47)<sup>24</sup>, são uniformizadas apagando os dois diferentes sentidos: *laciva*, no episódio de Inês de Castro, para dizer brincalhona, e *lasciva*, com conotações sexuais, no canto X<sup>25</sup>.

Para concluir, voltemos à peça de Saramago, e vejamos a fala da cena final, onde o poeta faz duas perguntas, a última delas destinada aos leitores:

LUÍS DE CAMÕES: (Segurando o livro com as duas mãos.) Que farei com este livro? (Pausa. Abre o livro, estende ligeiramente os braços, olha em frente) Que fareis com este livro? (Pausa)(Saramago, 1980).

Podemos aqui adaptar, para o propósito deste artigo, a pergunta final do personagem Camões e aplicá-la aos editores de *Os Lusíadas*: “Que fareis com este livro?” Ou, ainda, retomar a afirmativa de Damião de Góis: “A parte que ficar vencedora fará que seja o livro lido com os olhos que mais lhe convierem” (Saramago, 1980, p. 54-55).

Ao longo das edições do poema, as censuras, alterações, normatizações, uniformizações e hipercorreções foram tentando domar o texto de *Os Lusíadas* e aproximá-lo de um estado de dicionário, de gramática, de forma a fazer dele um texto pronto para a análise sintática, para o uso exemplar em sala de aula, sem surpresas ou dubiedades. A maioria dos editores, nesses casos que vimos, parece ter passado longe da *lectio difficilior*, optando pelas soluções mais comuns e simples, o que termina por obscurecer o emprego rico das possibilidades da língua, característico de poetas como Luís de Camões.

<sup>22</sup> “Nova quietação do pensamento/Nos deste e vês aqui, se **atente** ouviste,/Te contei tudo quanto me pediste”. (Camões, 1572, V, 85).

<sup>23</sup> “Sendo das mãos **lacivas** maltratada”. (Camões, 1572, III, 134).

<sup>24</sup> “Mas cúa escrava vil, **lasciva** e escura.” (Camões, 1572, X, 47).

<sup>25</sup> A distinção ortográfica é mantida na edição censurada de 1584, conhecida como *dos piscos*.

## REFERÊNCIAS

- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Achamento do Brasil*. Edição comentada por Sheila Hue. Campinas: Editora Unicamp, 2021.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Em casa de Antonio Góçaluez, 1572. Disponível em: <https://purl.pt/1>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- DICCIONARIO da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- HUE, Sheila Moura. Camoniana brasileira. Séculos XIX e XX. In: BERNARDES, José Augusto Cardos (coord.). *Camões nos prelos de Portugal e da Europa (1563-2000)*: a Biblioteca Camoniana de D. Manuel II. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra: Fundação da Casa de Bragança, 2015. v. 2. p. 185-194.
- SARAMAGO, José. *Que farei com este livro?* Alfragide: Editorial Caminho, 1980.